

• Constituinte

A ÚLTIMA VOTAÇÃO

23 SET 1988

Porta-voz diz que ação contra acordo da dívida é direito de todos

"É um direito do cidadão entrar", declarou, ontem, o porta-voz do Palácio do Planalto, jornalista Carlos Henrique de Almeida Santos, reagindo a uma pergunta sobre a disposição de alguns parlamentares de ingressar com uma ação na Justiça Federal, contra o acordo assinado entre o Brasil e os bancos credores internacionais, sob o argumento de que o Congresso Nacional não apreciou a matéria, informou a agência oficial Radiobrás.

"Estamos numa democracia, e os poderes estão aí constituídos. Os cidadãos têm as liberdades públicas asseguradas, e o governo tem a certeza de que está cumprindo, o melhor que pode, com o seu dever. Esse acordo foi um acordo que nenhum outro país da América Latina conseguiu, em termos de condições de independência e de soberania no comando da política econômica do país", ressaltou Almeida Santos.

O porta-voz do Palácio do Planalto enfatizou ainda que, praticamente, o trabalho legislativo foi dedicado à elaboração da nova Constituição. Assinalou que, "o País vivia angústias com a falta de um relacionamento internacional equilibrado, a perda das condições mínimas, pois, desde 1983, não se fazia investimentos em dólares neste país".

"Isso tudo reclamava uma ação positiva, pronta, do governo, no sentido de normalizar essas relações. Isso é que foi feito", disse o

porta-voz presidencial. Acrescentou que, "o presidente se dispõe a ser o seu primeiro servidor".

"A partir da promulgação, o governo se empenhará em servir, obedecer e fazer obedecer a nova Constituição", assinalou o porta-voz, lembrando ter sido esta uma iniciativa do presidente José Sarney.

"Convocou a Constituinte, contribuiu, no momento oportuno, com ponderações que ele se sentia no dever de fazer, pelo cargo que ocupa e pelos deveres de cidadania que o acompanham nessa função que ele ocupa, de presidente da República", disse o porta-voz.

Segundo Almeida Santos, "a sociedade toda elegeu o Congresso, a Assembléia Nacional Constituinte. Foi um longo período de esforço, até de sacrifício mesmo, e o resultado que nós temos é o resultado que nós fomos capazes de produzir, como representantes da sociedade", acrescentou.

"Os mecanismos de representação funcionaram, as condições de vida democrática, as liberdades públicas foram asseguradas durante todo o processo constituinte, e a Carta que nós temos, é a Carta que nós fomos capazes de produzir", ressaltou.

"Então, vamos agora partir, como dizem os chineses, para a prática que é o critério da verdade. Vamos pôr a Constituição em prática, vamos cumpri-la", concluiu o porta-voz do Palácio do Planalto.

por João Alexandre Lombardo de Brasília

A necessidade de cada constituinte tornar-se um fiscal da aplicação do texto constitucional, a partir do próximo dia 5, foi salientada ontem por vários parlamentares, durante a sessão em que foi votada a redação final da nova Carta. Último líder a discursar na sessão, o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) foi enfático ao abordar o assunto. "Se este texto falhar, a responsabilidade será também nossa ou exclusivamente nossa. Temos responsabilidades real e política de produzir a vigência efetiva deste texto", afirmou.

Ao falar em nome da liderança do PDS, o senador Jarbas Passarinho (PA), afirmou que agora a Constituição vai "ser submetida à dura prova da eficácia na prática". Lembrando que dentro de alguns dias os parlamentares vão jurar o cumprimento dessa Constituição, Passarinho disse que se a Carta não é aquela dos sonhos de cada parlamentar, ela "representa a vontade soberanamente expressada pela Assembléia Nacional Constituinte. Ninguém poderá arrogar-se o direito de insurgir-se contra ela, seja qual for o seu poder ou a sua importância", acrescentou.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Nelson Jobim observou, em seu discurso, que todos os constituintes foram, individualmente, vencedores e vencidos. "A característica fundamental do processo democrático é que a função da vontade da maioria implica na vitória e derrota individual de cada um", afirmou.

Nos pronunciamentos não faltou quem colocasse dúvidas quanto à aplicabilidade de certos dispositivos aprovados. "É imperioso reconhecer que mui-

ave 16

GAZETA MERCANTIL

23 SET 1988

Agora, a promulgação e o teste da vigência da nova Constituição

Para Dias, ela é inviável

por Eduardo Sganzerla de Curitiba

O governador Alvaro Dias, do Paraná, ao fazer uma palestra ontem aos 108 formandos do curso de estudos políticos da Escola Superior de Guerra (ESG), disse que a nova Constituição é "inviável em seu cumprimento" e, por isso, vai se transformar em "mecanismo fermentador da insatisfação". E acrescentou: "A Constituição faz exigências sem apontar os caminhos para cumpri-la".

Particularmente, a maior preocupação do governador, como disse, são os reflexos da nova Carta no equilíbrio das finanças públicas. Em seu entender, o déficit público da União deverá crescer

em consequência dos cortes "indiscriminados" no orçamento da União. Um exemplo, para ele, é a chamada "Operação Desmonte": se concretizada, levará os estados e municípios a uma situação ainda mais "angustiante", já que anulará a reforma tributária.

Outra preocupação de Dias é com relação às alterações nos mecanismos de rolagem das dívidas estaduais. Segundo ele, o governo federal pretende "forçar" o pagamento das dívidas acumuladas ao longo dos anos, a partir de 1989, além do pagamento normal dos serviços da dívida. "Se o fato ocorrer, a despesa adicional corresponderá ao dobro dos benefícios trazidos pela reforma tributária."

tos dos dispositivos inscritos nos Capítulos da Ordem Social e Econômica, nossa sensibilidade política identifica como de difícil aplicação e até mesmo prejudiciais ao desenvolvimento do País", salientou o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA). Segundo ele, é preciso colocar em debate uma questão: em que medida o País terá condições de arcar com estes direitos em face da realidade social de hoje.

Lourenço disse que na área social, muitos direitos foram influenciados por "uma lógica corporativista que pretendeu transformar em preceito constitucional interesses específicos e particularizados, em detrimento dos interesses maiores da Nação". Discursando pelo PL, o deputado Afif Domingos (SP) disse que direita e esquerda se juntaram numa visão corporativista que data do início do século.

Segundo ele, a carta contempla "o nacionalismo cartorial" que será prejudicial ao País. Afif acha que o Brasil não pode permanecer fechado à economia internacional e acredita que o choque entre a Ordem Econômica e a Ordem Social irá surgir na refor-

ma constitucional prevista para 1993.

Enquanto partidos mais conservadores fizeram elogios tímidos à Carta, a esquerda, mesmo reconhecendo algumas derrotas, salientou os avanços consagrados no texto. "Temos confiança de que o Brasil, com a nova Constituição, amplia e aprofunda suas possibilidades de tornar-se uma nação democrática e mais justa", afirmou o líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE). Ele também salientou a necessidade de todos setores organizados redobrem seus esforços para tornar conhecida a nova Constituição, para que a sociedade passe a defender sua aplicação. "Inegavelmente nesta Constituição há relativos avanços em face das cartas anteriores que nosso País já teve", acrescentou o líder do PC do B, Haroldo Lima (BA).

O líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), enumerou como avanços obtidos por seu partido a jornada semanal de trabalho de 44 horas, a indenização em caso de despedida imotivada, a elevação da hora extra para 50% a mais que a hora normal, e a remuneração de um terço a mais

de salário nas férias. "Temos a Constituição mais moderna e avançada do mundo", afirmou Gastone.

As derrotas apontadas pelo líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), foram a não redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, a manutenção do papel das Forças Armadas na defesa da ordem interna, e a proibição para reforma agrária em terras produtivas. A definição da empresa brasileira de capital nacional, e a igualdade dos direitos para trabalhadores urbanos e rurais foram considerados avanços para o líder pedetista.

"Pela primeira vez na história se faz uma Constituição com a colaboração direta da cidadania", afirmou o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), falando pelo PSDB. Ele se referia às emendas populares encaminhadas à Constituinte, que influenciaram nas decisões do Plenário. Avaliando o resultado final da Carta, Fernando Henrique disse que esta Constituição terá defeitos, "mas não há dúvida que ela assegurará liberdade e direitos ao cidadão. Não há democracia sem transigência recíproca", acrescentou.

FAÇA A SUA ASSINATURA AGORA MESMO.

GAZETA MERCANTIL

É só discar

255-8788

Na Grande São Paulo

(011) 800-8788

Interiores e outros estados

(DDD Grátis)